

14. PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR ATIVIDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO:

Do **DEPARTAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS** submetendo o procedimento concursal em epígrafe, cuja proposta vai em anexo.

Relatório do Documento interno n.º 2828 de 27/01/2020

DOCUMENTO Nº

DATA 00/00/0000

REFERÊNCIA

REGISTADO: alzira.torres

ATUALIZADO: alzira.torres

ASSUNTO

Abertura de procedimento de contratação de Eng.º Mecânico para a DEIPE

REMETENTE FUNC.: ALZIRA MARIA DE SOUSA TORRES

TIPO DE DOCUMENTO DIVERSOS

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

A m do Santos.
2022 17

Detalhes do Documento

1. Original

Enviado para Func.: Luis Carlos Costa Vaz

PROCESSO N.º

CLASSIFICAÇÃO

OBSERVAÇÕES



Movimentos

(7) Movimentado no dia 12/02/2020 18:18 para Func.: Luis Carlos Costa Vaz

Efetuada por Func.: 5309 - Maria Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro(graca.ribeiro)

Motivo: PP

(6) Movimentado no dia 12/02/2020 18:10 para Func.: Maria Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro

Efetuada por Func.: 4830 - Olga Maria Esteves Araujo Pereira Martingo(olga.pereira)

Motivo: Concordo

(5) Movimentado no dia 11/02/2020 14:42 para Func.: Olga Maria Esteves Araujo Pereira Martingo

Efetuada por Func.: 5309 - Maria Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro(graca.ribeiro)

Motivo: Concordo com a informação dos serviços, solicitando a sua validação.

(4) Movimentado no dia 11/02/2020 09:42 para Func.: Maria Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro

Efetuada por Func.: 1516 - Luis Carlos Costa Vaz(luis.vaz)

Motivo: Submete-se para apreciação a informação que se encontra em anexo.

(3) Movimentado no dia 27/01/2020 17:34 para Func.: Luis Carlos Costa Vaz

Efetuada por Func.: 5309 - Maria Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro(graca.ribeiro)

Motivo: Informar.

(2) Movimentado no dia 27/01/2020 17:26 para Func.: Maria Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro

Efetuada por Func.: 5278 - Alzira Maria de Sousa Torres(alzira.torres)

Motivo: Estando previsto no mapa de pessoal aprovado em 2019 e 2020 o recrutamento de Eng. Mecânico para a DEIPE, urge proceder à abertura do procedimento para a contratação deste recurso, dado o volume de equipamentos mecânicos existentes em edifícios municipais e, internamente, não existe quem o possa efetuar avaliação de intervenção.

(1) Movimentado no dia 27/01/2020 17:15 para Func.: Alzira Maria de Sousa Torres

Efetuada por Func.: 5278 - Alzira Maria de Sousa Torres(alzira.torres)

Motivo: Registo original!

Anexos do documento

Tipo doc.: Informação | Data: 11/02/2020 | Observações: Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na carreira / categoria de técnico superior atividade de engenharia mecânica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Conhecimentos do documento

Enviado para o Func. 1530 - Manuel Antonio Vieira Dantas, no dia 27/01/2020 17:26, por alzira.torres

Enviado para o Func. 1516 - Luis Carlos Costa Vaz, no dia 11/02/2020 14:42, por graca.ribeiro

Nº Informação: 2828
Data: 27/01/2020

Assunto: Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na carreira / categoria de técnico superior atividade de engenharia mecânica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Face à proposta de abertura de procedimento concursal para ocupação do posto de trabalho de técnico superior, atividade de engenharia mecânica, apresentada pela Diretora Municipal de Obras e Serviços Municipais, cumpre informar:

O mapa de pessoal do Município de Braga para 2020, elaborado nos termos do previsto no art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 28 de novembro de 2019, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 28 de outubro de 2019, prevê o recrutamento de um técnico superior da área de engenharia mecânica;

Nos termos previstos no art.º 30.º da citada Lei n.º 35/2014, de 20/06, o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho tal como consta no mapa de pessoal, devendo o recrutamento ser feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. O órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público;

Nos termos do previsto artigo 18.º da Portaria 125-A/2019, de 30/04, Portaria que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), a entidade que autoriza o procedimento estabelece, no respetivo ato, um prazo de apresentação de candidaturas, com um mínimo de 10 e um máximo de 20 dias úteis contados a partir da data da publicação do aviso;

Conforme art.º 6.º da citada Portaria 125-A/2019, de 30/04, para além dos métodos de seleção obrigatórios, a entidade responsável pela realização do procedimento pode, de acordo com o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes aos postos de trabalho a ocupar e o perfil de competências previamente definido, determinar a utilização de métodos de seleção facultativos ou complementares, nomeadamente: entrevista profissional de seleção, avaliação de competências por portfólio, provas físicas, exame médico e curso de formação específica;

Conforme o previsto no art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09, que procede à adaptação à administração autárquica da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06, mas, como refere o n.º 3 do art.º 42.º da citada Lei n.º 35/2014, todas as referências ao diploma ora revogado entendem-se feitas para as correspondentes normas desta Lei, o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal, é precedido de aprovação do órgão executivo.

Face ao exposto, submete-se à informação da diretora de departamento de recursos humanos, tendo em vista decisão do Sr. Presidente no âmbito da competência que lhe está atribuída pelo no n.º 2 do art.º 75.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 de propor:

- a. Ao órgão executivo nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, que autorize desde já, por razões de economia e celeridade processual a abertura de procedimento concursal comum destinado não apenas a candidatos detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, mas também a candidatos com vínculo de emprego público a termo resolutivo, bem como sem vínculo de emprego público, tendo em vista a ocupação do posto de trabalho de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b. Que o prazo para apresentação de candidaturas seja de 10 dias úteis a partir da data da publicação do aviso;
- c. Utilizar a entrevista profissional de seleção como método de seleção complementar.

Utilizador: Luis Carlos Costa Vaz